

Reale Jr. propõe sistema misto

Da Reportagem Local

Os subsídios do jurista Miguel Reale Júnior apresentados à Comissão de Estudos Constitucionais estão dispostos em dezenove artigos, que transformam o sistema de governo brasileiro numa combinação híbrida de presidencialismo e parlamentarismo, ao estilo do que ocorre na França e na Espanha. Na justificativa para esta mudança, o jurista diz que "é imprescindível a criação de um regime caracterizado pela coresponsabilidade do Executivo e do Legislativo". A solução encontrada por Reale Júnior é "um semipresidencialismo, no qual é mantida a figura central do presidente da República, a ser auxiliado, no controle e

coordenação dos ministérios e na execução do plano de governo, por um primeiro-ministro".

Reale Júnior descartou a hipótese da forma parlamentarista de governo por achar que ela levaria "a crises contínuas diante da fase de reconstrução dos partidos políticos e das instituições".

No sistema proposto pelo jurista, o presidente da República deve enviar ao Congresso, após consulta aos presidentes dos partidos políticos que compõem a maioria no Congresso, o nome escolhido para primeiro-ministro. Se ele não for aprovado, o presidente faz uma segunda indicação. Se houver novamente uma

rejeição, o presidente, depois de consultar mais uma vez os presidentes dos partidos que formam maioria, tem liberdade de nomear o primeiro-ministro, não podendo a escolha recair em nome recusado pelo Congresso. O presidente, a ser eleito por maioria absoluta dos votos, em sufrágio universal e secreto, tem o poder de exonerar o primeiro-ministro, devendo fazer a indicação do substituto em dez dias.

É atribuição do primeiro-ministro, segundo os subsídios, auxiliar o presidente a promover a unidade da ação governamental, coordenando a atuação dos ministérios e dos órgãos da administração federal, tendo por fim a execução do plano de governo.